



PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA

outubro 2020





Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública

bibliografia selecionada

**Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE_{PGE-RS}
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 6	16 p.	outubro 2020
---------	--------------	------	-------	--------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Setor de Pesquisa

Revisão jurídica
DIOGO CONTE RIGES DE SOUZA SANTOS
Analista Jurídico

Bibliografia Seleccionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-
Mensal.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Seleccionada é uma publicação mensal da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública: bibliografia selecionada

OUTUBRO 2020

DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACCIOLY, João Pedro. Arbitrabilidade objetiva em conflitos com a administração pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.109, n.1017, p. 47-92, julho 2020. ISSN 0034-9275.

ACCIOLY, João Pedro. Arbitragem e administração pública: um panorama global. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.5, n.1, p. 1-31, jan./jun. 2018. ISSN 231905558.

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. Arbitragem no setor público: uma visão panorâmica. **Revista de direito empresarial: ReDE**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 4, n. 21, p. 171-190, dezembro 2016.

ANDRADE, Érico; MAGALHÃES, Gustavo. Arbitragem e administração pública: limites e possibilidades de arbitrabilidade nos contratos de concessão (Leis 8.987/1995 e 11.079/2004). **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 83-125, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A arbitragem no direito administrativo. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.72, p. 31-63, 2018. ISSN 0101-2096.

ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa; LUZ, Leonardo Machado Dias Ramalho. Lei nº 13.655/2018, Lei nº 13.867/2019 e Decreto nº 10.025/2019: breves notas sobre o incremento do consensualismo e dos métodos alternativos de resolução de conflitos no direito administrativo brasileiro. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.15, n.176, p. 29-48, agosto 2020. ISSN 21791651.

ARRUDA, Alexandre da Silva. Autoridades administrativas independentes: uma perspectiva comparada da resolução dos conflitos envolvendo a administração pública. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.71, p. 137-145, jan./abr. 2017. ISSN 1414-008X.

BASÍLIO, Ana Tereza. Arbitragem nas ações da improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 46-49, setembro 2017. ISSN 21791651.

BATISTA, Nadia Cristina. Mediação e arbitragem: autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.220, p. 50-65, abril 2020. ISSN 1676-5826.

BINENBOJM, Gustavo. Arbitragem em ambientes regulados e sua relação com as competências das agências reguladoras. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.216, p. 35-46, dezembro 2019. ISSN 1676-5826.

BOCKIE, Tiago. A administração pública consensual como meio alternativo à imposição de sanção administrativa disciplinar: a concretização do princípio constitucional da eficiência. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.216, p. 65-74, dezembro 2019.

- BRAGANÇA, Fernanda. O princípio dispositivo e a sua repercussão no uso da mediação pela administração pública brasileira e portuguesa. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.73, p. 20-28, set./dez. 2017. ISSN 1414-008X.
- CALDAS, Evandro. Arbitragem e o controle da regulação. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.66, p. 75-99, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7102.
- CARDOSO, Ana Carla Pires Meira. Do embate à cooperação: uma guinada necessária à busca de melhores soluções nos conflitos que envolvam a administração: um desafio à advocacia pública. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis: Dioesc, n.7, p. 21-31, 2018. ISSN 2319-0671.
- CARDOSO, Camila Mendes Vianna et al. Dec. 8.465/2015 : fomento à arbitragem envolvendo a administração pública no setor portuário. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 48, p. 167-183, jan./mar. 2016.
- CARLOS BARRA, Rodolfo; AGUIRRE DE CASTRO, Rodrigo Pironti. Administración pública consensual: una análisis entre el modelo burocrático y responsable (“gerencial”). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte: UFMG, v.114, p. 473-496, jan./jun. 2017. ISSN 0034-7191.
- CARVALHO, Silzia Alves; FARIA, Carolina Lemos de. Confidencialidade na mediação de conflitos envolvendo a administração pública: algumas reflexões sobre a (in)compatibilidade de aplicação considerando a realidade normativa brasileira. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.21, n.116, p. 69-85, jul./ago. 2019. ISSN 1676-8701.
- CORRALO, Giovani da Silva; DESORDI, Danúbia. Mediação na administração pública municipal: aplicação da Lei 13.1340/2015 às municipalidades. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.4, n.1, p. 1-17, jan./jun. 2018. ISSN 25260073.
- CRISTÓFARO, Pedro Paulo; BENTO, Daniel. Arbitrabilidade objetiva nos contratos de concessão e o Decreto nº. 10.025/2019. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.74, p. 188-221, 2018. ISSN 0101-2096.
- CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann Moreira. Administração pública e mediação: notas fundamentais. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.61, p. 119-145, jan./mar. 2018. ISSN 1678-7102.
- CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Câmaras de autocomposição da administração pública brasileira: reflexões sobre seu âmbito de atuação. **Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution**, Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 19-39, jan./jun. 2019. ISSN 25963201.
- CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da; REIS, Fernando Simões dos. Termos de ajustamento de gestão: perspectivas para um controle externo consensual. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.140, p. 94-103, set./dez. 2017. ISSN 0103-1090.
- CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. A consensualidade administrativa no aplicar a lei de ofício: um ensaio a partir da contribuição de Duguit para a mudança de paradigmas no Direito Administrativo. **Revista de Contratos Públicos – RCP**, Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 16, p. 9-23, set. 2019/fev. 2020.
- CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. Legalidade e consensualidade: a administração precisa de lei para fazer acordos?. **Revista de contratos públicos - RCP**, Belo Horizonte: Fórum, v. 4, n. 7, p. 9-18, mar./ago. 2015.
- CURY, Antonio Alberto Rondina. Efeitos da corrupção em arbitragens envolvendo o poder público. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 60, p. 185-215, jan./mar. 2019.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; FAKHOURY FILHO, Tamer; VIANA, Priscila Ramos Netto. A arbitragem na administração pública à luz da análise estratégica do direito. **Juris Plenum Direito Administrativo**, Caxias do Sul, RS, v. 4, n. 13, p. 137-154, março 2017.

DIAS, Ricardo Gueiros Bernarde; PEREIRA, Diogo Abineder Ferreira Nolasco. Arbitragem e administração pública: uma necessária identificação dos interesses públicos disponíveis. **Juris Plenum Direito Administrativo**, Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 18, p. 175-190, junho 2018.

DINIZ, Cláudio Smirne; CAMBI, Eduardo. Solução extrajudicial de conflitos na proteção do patrimônio público e da probidade administrativa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.107, n.994, p. 49-69, agosto 2018. ISSN 0034-9275.

EIDT, Elisa Berton. **[Autocomposição na administração pública] Solução de conflitos no âmbito da administração pública e o marco regulatório da mediação**: da jurisdição a novas formas de composição. Santa Cruz do Sul, RS: Essere nel Mondo, 2017. 184 p. ISBN 9788567722719. Disponível em: <http://www.esserenelmondo.com/pt/acesso.php>. Acesso em: 30 abr. 2019.

EIDT, Elisa Berton. Os institutos da mediação e da conciliação e a possibilidade de sua aplicação no âmbito da administração pública. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul]**, Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.75, p. 55-74, jan./jun. 2015. ISSN 0101-1480.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. A Administração Pública consensual: novo paradigma de participação dos cidadãos na formação das decisões estatais. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.4, n.2, p. 69-90, maio/ago. 2017. ISSN 231905558.

FARIA, Luzardo. Acordo de leniência e negociação da sanção administrativa: reflexões a partir da indisponibilidade do interesse público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.4, n.13, p. 197-219, abr./jun. 2020. ISSN 2526-8120.

FARIA, Luzardo. O cabimento da arbitragem no direito administrativo à luz do princípio da indisponibilidade: o interesse público exige intervenção jurisdicional?. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 127-152, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

FARIA, Luzardo. O fenômeno de consensualização do direito administrativo: fundamentos, repercussões e críticas. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.22, n.121, p. 111-143, maio/jun. 2020. ISSN 1676-8701.

FELIZOLA, Milena Britto; FELIZOLA, Fabio Sales. A utilização da mediação pela administração pública: inovações legislativas e desafios enfrentados. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.66, p. 211-232, jul./set. 2020. ISSN 1679-6462.

FERRAZ, Sérgio. Acordos processuais administrativos: instrumentos consensuais. In: **Processo administrativo brasileiro: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei federal de processo administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 123-132. ISBN 9788545007098.

FORMIGOSA, Viviane. Aplicação do princípio da consensualidade nos impactos concretos causados por contratações públicas celebradas durante o estado de calamidade COVID-19. In: DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio. **As implicações da COVID-19 no direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-65-5065-447-4.

FREITAS, Juarez. Direito administrativo não adversarial: a prioritária solução consensual de conflito. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.276, p. 25-46, set./dez. 2017. ISSN 0034.8007.

- FREITAS, Rafael Vêras de. Novos desafios da arbitrabilidade objetiva nas concessões. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte: Fórum, v. 14, n. 53, p. 199-227, jan./mar. 2016.
- GARCIA, Emerson. A consensualidade no direito sancionador brasileiro: potencial de incidência no âmbito da lei nº 8.429/1992. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 542-595, setembro 2017. ISSN 21791651.
- GARCIA, Flávio Amaral. A escolha dos árbitros e das câmaras arbitrais. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.14, n.159, p. 77-87, março 2019. ISSN 21791651.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. A mediação na administração pública: técnicas e princípios. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.22, n.119, p. 27-61, jan./fev. 2020. ISSN 1676-8701.
- GUERRA, Luis Roberto Sigaud Cordeiro. As agências reguladoras e a arbitragem: uma alternativa às divergências setoriais. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.6, n.2, p. 71-94, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.
- GUERRA, Sérgio; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Resolução eletrônica de conflitos em agências reguladoras. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.16, n.1, jan./abr. 2020. ISSN 1808-2432.
- GUILHARDI, Pedro; BARTOLOMEO, Christine Pinto Coelho Rattes. Reflexões preliminares a respeito da Lei 13.867/19, que disciplina a opção pela arbitragem ou mediação para definição dos valores indenizatórios em desapropriações por utilidade pública. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 335-371, out./dez. 2019.
- GUIMARÃES, Cristiane S. O conflito na Administração pública pode ser mediado? Uma proposta de giro: da cultura da sentença à cultura da pacificação. **Revista Brasileira de Advocacia Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.3, p. 105-116, jul./dez. 2016. ISSN 24472492.
- HIGA, Alberto Shinji. Notas sobre o uso da arbitragem pela administração pública. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.13, n.50, p. 135-163, jul./set. 2015. ISSN 1678-7072.
- JURUBEBA, Diego Franco de Araújo. Direito administrativo e participação democrática: análise dos fundamentos e técnicas da administração pública consensual. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.15, n.1, p. 171-198, jan./mar. 2016. ISSN 1981-2035.
- KLEIN, Aline Lícia. Consensualidade na execução dos contratos de concessões rodoviárias. In: **Direito da infraestrutura: estudos de temas relevantes**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 17-32. ISBN 9788545006725.
- LIMA, Alexandre Augusto Batista de; AFLITOS, Railma S. dos; MELO, Anna Beatriz B. da S. A arbitragem nos contratos firmados na administração pública: possibilidade de sua utilização à luz dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários. In: DUARTE JÚNIOR, Alonso Pereira; LIMA, Alexandre Augusto Batista de; MACHADO, Joana de Moraes Souza (Org.). **Diálogos interdisciplinares no direito**. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 205-220. (Ciências Jurídicas & Sociais, 61). ISBN 978855696472.
- LIMA, Bernardo Silva de; GUIMARÃES, Rebeca Bárbara. Os limites da atuação da administração pública na arbitragem: dificuldades concretas. In: GUIMARÃES, Cristiane Santana (Org.). **Coletânea de estudos em mediação e arbitragem do I Fórum Nacional de Mediação e Arbitragem**. Salvador: ARTPOESIA, 2018. p. 63-73.
- LOURENÇO, Haroldo. A arbitrabilidade envolvendo o poder público no Brasil e a ruptura do dogma do interesse público. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 230-252, set./dez. 2018. ISSN 1415-4951.

- LOURENÇO, Haroldo. A onda evolutiva da arbitragem envolvendo o poder público no Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.107, n.995, p. 27-49, setembro 2018. ISSN 0034-9275.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Alexandre Alberto de Azevedo. Administração pública na arbitragem e o papel do Ministério Público. **Revista de Processo**, São Paulo, v.44, n.296, p. 379-401, outubro 2019. ISSN 0100-1981.
- MARRARA, Thiago. Regulação consensual: o papel dos compromissos de cessação de prática no ajustamento de condutas dos regulados. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.4, n.1, p. 274-293, jan./abr. 2017. ISSN 231905558.
- MARTES, Marina Martins. Arbitragem e Administração Pública: a compatibilidade, os limites e o procedimento arbitral envolvendo o Poder Público. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.15, p. 213-245, set./dez. 2016. ISSN 22382763.
- MARTINS, Julia Girão Baptista. Administração pública: arbitragem e confidencialidade. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 14, n. 53, p. 263-282, abr./jun. 2017.
- MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Administração Pública, resolução extrajudicial de conflitos e compromisso de ajustamento de conduta. **Revista de direito administrativo e infraestrutura**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, n. 8, p. 87-126, jan./mar. 2019.
- MASTROBUONO, Cristina Margarete Wagner; JUNQUEIRA, André Rodrigues. A escolha da câmara de arbitragem pela administração pública. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 48, p. 115-130, jan./mar. 2016.
- MEGNA, Bruno Lopes. A Administração Pública e os meios consensuais de solução de conflitos ou "enfrentando o Leviatã nos novos mares da consensualidade". **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo: PGE/SP, n.82, p. 1-29, jul./dez. 2015. ISSN 0102-8065.
- MELLO, Gláucia Rodrigues Torres de Oliveira. Consensualidade na improbidade administrativa: por que não?. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.14, n.163, p. 51-72, julho 2019. ISSN 21791651.
- MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.6, p. 47-81, 2015. ISSN 1981-3465.
- MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. Controle de legalidade: qual o espaço para soluções consensuais. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 545-579, 2017. ISSN 0101-2096.
- MENEZES, Rafael; ROMANO JÚNIOR, José. Câmaras administrativas para a solução de conflitos no âmbito da administração pública. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 305-306, março 2017. ISSN 21791651.
- MIRANDA, Lara Caxico Martins; KEMPFER, Marlene. Gestão dos negócios públicos e a resolução extrajudicial dos conflitos em face da administração pública gerencial. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.2, p. 103-123, jul./dez. 2016. ISSN 25260073.
- MONTEIRO, Fagner César Lobo. Arbitragem na administração pública: uma realidade possível. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n.7, p. 77-90, 2018. ISSN 2319-0671.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Contrapesos de uma administração pública consensual: legalidade versus eficiência. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.19, n.103, p. 49-77, maio/jun. 2017. ISSN 1676-8701.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Dever de consensualidade na atuação administrativa. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v.55, n.218, p. 63-84, abr./jun. 2018. ISSN 0034-835X.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Escolha do árbitro na terminação de conflitos administrativos: limites e possibilidades da atuação de um advogado público. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.71, p. 167-195, jan./mar. 2018. ISSN 1516-3210.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. A autocomposição na administração pública: aspectos gerais. In: _____. **Manual de mediação**: guia prático de autocomposição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN: 978-85-203-6591-5.

NUNES, Thais Borzino Cordeiro. A aplicação dos meios consensuais de solução de conflito em ações envolvendo a fazenda pública no âmbito da justiça administrativa. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.22, n.74, p. 46-55, jan./abr. 2018. ISSN 1414-008X.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. A agenda da arbitragem com a Administração Pública: “mais do mesmo” ou há espaço para inovação?. In: **Contraponto jurídico**: posicionamentos divergentes sobre grandes temas do direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-5321-222-4.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; ESTEFAM, Felipe Faiwichow. **Curso prático de arbitragem e administração pública**. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN:978-85-5321-908-7.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; LIMA, Anderson Pereira de. Desconstruindo mitos: mediação e autocomposição de conflitos - de aspectos gerais à administração pública. In: GUIMARÃES, Cristiane Santana (Org.). **Coletânea de estudos em mediação e arbitragem do I Fórum Nacional de Mediação e Arbitragem**. Salvador: ARTPOESIA, 2018. p. 113-128.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A consensualidade no direito público sancionador e os acordos nas ações de improbidade administrativa. **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v.114, n.427, p. 197-218, jan./jun. 2018. ISSN 0102-8413.

PAIXÃO, André Luís Soares da. Entre acertos e exageros: a difícil relação entre o administrador público e os órgãos de controle. In: SANTOS, Alethele de Oliveira; LOPES, Luciana Tolêdo (Org.). **Coletânea direito à saúde**. Brasília: CONASS, 2018. p. 206-219. ISBN 9788580710472. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/download/6873/>. Acesso em: 5 junho 2019.

PEREIRA, Cesar. Arbitragem e função administrativa. In: **Direito da infraestrutura**: estudos de temas relevantes. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 63-88. ISBN 9788545006725.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Administração consensual vence pandemia no Estado democrático de direito. In: DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio. **As implicações da COVID-19 no direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-65-5065-447-4.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. A convergência entre cooperação processual e consensualidade administrativa na gestão do Estado Democrático de Direito. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 239-247, março 2017. ISSN 21791651.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Orçamentos público, ajuste fiscal e administração consensual. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.163, p. 41-52, julho 2015. ISSN 1676-5826.

- PERLINGEIRO, Gabriel. The possibilities of consensual resolution of judicial conflicts with the public administration. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.72, p. 31-50, abr./jun. 2018. ISSN 1516-3210.
- POMINI, Anderson. Arbitragem na administração pública como método de eficiência. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 56, p. 111-113, jan./mar. 2018.
- QUINTÃO, Luísa. Breves notas sobre arbitragem e administração pública no Brasil. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 59, p. 121-146, out./nov. 2018.
- RANGEL, Tauã Lima Verdan. Cultura do diálogo e mediação na Administração Pública: a consensualidade e o empoderamento na condução do processo administrativo e disciplinar (PAD). **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 352-381, março 2017. ISSN 21791651.
- REIS, Maria José Andrade; SANTOS, Lílian de Brito. A composição de conflitos na administração pública: um cotejo aos princípios da juridicidade e da supremacia do interesse público. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.64, p. 69-98, abr./jun. 2017. ISSN 1808-5628.
- RICCIARELLI, Fernanda dos Santos. A mediação pela Advocacia-Geral da União. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília: AGU, v.10, n.2, p. p. 97-108, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.
- ROCHA, Caio Cesar. Arbitragem e administração pública: disciplina normativa após a lei 13.129-2015. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo, v. 13, n. 49, p. 103-126, abr./jun. 2016. 97-108, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.
- SARAIVA, Mariana de Souza; SILVA, Danielle Caroline. A pertinência da utilização da arbitragem pela administração pública: uma análise dos princípios da administração e dos impactos econômicos financeiros. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis, v.2, n.1, p. 18-36, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.
- SCHMIDT, Gustavo da Rocha. Reflexões sobre a arbitragem nos conflitos envolvendo a Administração Pública (arbitrabilidade, legalidade, publicidade e a necessária regulamentação). **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.32, n.11, p. 1041-1059, novembro 2016. ISSN 1981-5522.
- SCHOLZE, Victor. A realização de TAC como solução de conflitos no âmbito da administração pública. **Revista Síntese de direito administrativo**, São Paulo: IOB, v. 11, n. 127, p. 84-96, julho 2016. ISSN 21791651.
- SENHORAS, Elói Martins; SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. Consensualidade no direito administrativo brasileiro. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.14, n.163, p. 24-32, julho 2019. ISSN 21791651.
- SILVA, Domingos Savio Evandro da; CARDOSO, Gerusa Vieira Barata Silva. Ciência da informação e administração pública uma abordagem da governança utilizando a Lei da Mediação como meio facilitador no aprimoramento da eficiência da gestão da informação. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.48, n.135, p. 42-53, jan./abr. 2016. ISSN 0103-1090.
- SOARES, Tamírames de Almeida Damásio. As vantagens e desvantagens do procedimento arbitral e limite mínimo da publicidade nas controvérsias que envolvem a administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.1, p. 37-55, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.
- SUASSUNA, Marcela Melichar. Anotações sobre o Decreto 10.025, de 20 de setembro de 2019: regulamentação do uso da arbitragem em setores de infraestrutura. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 367-370, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

- SUASSUNA, Marcela Melichar. Notas sobre o Decreto 64.356, de 31 de julho de 2019 : regulamentação do uso da arbitragem no âmbito do Estado de São Paulo. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 477-481, out./dez. 2019.
- SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. Arbitragem na administração pública: é hora de parar de resistir. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.24, n.285, p. 1074-1078, novembro 2017. ISSN 1980-234X.
- TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e administração pública no direito brasileiro. **Revista Brasileira da Advocacia**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, p. 19 - 41, abr./jun. 2018.
- TALAMINI, Eduardo. Competência-competência e as medidas anti arbitrais pretendidas pela administração pública. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 127-153, jul./set. 2016.
- TALAMINI, Eduardo; FRANZONI, Diego. Arbitragem nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal (Org.). **Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016 "lei das estatais"**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ISBN 9788520370384.
- TIBURCIO, Carmen. Novas perspectivas sobre a arbitragem em litígios da administração pública. In: **Contraponto jurídico: posicionamentos divergentes sobre grandes temas do direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-5321-222-4.
- TIBURCIO, Carmen; PIRES, Thiago Magalhães. Arbitragem envolvendo a administração pública: notas sobre as alterações introduzidas pela Lei 13.129/2005. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.41, n.254, p. 431-462, abril 2016. ISSN 0100-1981.
- TIMMERS, Luciane Favaretto. A atuação da central de conciliação do município de Porto Alegre. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre**, Porto Alegre: [s.n.], v.31, p. 147-168, 2017. ISSN 1415-3491.
- TOFFOLI, José Antonio Dias, Movimento conciliatório e a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF): breves considerações. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 229-240, jul./set. 2016.
- VALLE, Vivian Lima López. Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo: FGV/Atlas, v.277, n.3, p. 209-245, set./dez. 2018. ISSN 0034.8007.
- VARELLA, Marcelo; FERREIRA FILHO, Marcilio. Políticas públicas consensuais e o estímulo à negociação pelo agente público. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.74, p. 147-173, out./dez. 2018. ISSN 1516-3210.
- VAZ, Paulo Afonso Brum. Resolução alternativa de conflitos com entes públicos na Justiça Federal. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.20, n.70, p. 30-50, set./dez. 2016. ISSN 1414-008X.
- VIANA, Ana Cristina Aguilar. Contrato administrativo no Brasil: do autoritarismo à consensualidade. **Juris Plenum : direito administrativo**, Caxias do Sul, v. 4, n. 13, p. 61-74, mar. 2017.
- WALD, Arnoldo; FONSECA, Roberto Giannetti da. Novos horizontes para a mediação. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo, v. 15, n. 57, p. 345-353, abr./jun. 2018.
- WRASSE, Helena Pacheco. **Autocomposição entre administração pública e particulares: (im)possibilidades e desafios**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018. [s.p.]. ISBN 9788554790172. *E-book*

LICITAÇÃO - CONTRATOS

CAMARÃO, Tatiana; LINHARES, Camila. Os impactos da pandemia do Covid-19 nas contratações públicas: a hora e a vez da mediação. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.221, p. 75-83, maio 2020. ISSN 1676-5826.

CRISTÓFARO, Pedro Paulo; BENTO, Daniel. Arbitrabilidade objetiva nos contratos de concessão e o Decreto nº. 10.025/2019. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.74, p. 188-221, 2018. ISSN 0101-2096.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. As possibilidades de arbitragem em contratos administrativos. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.25, n.289, p. 239-242, março 2018. ISSN 1980-234X.

GARCIA, Flavio Amaral. A arbitragem na administração pública e a escolha dos árbitros e das câmaras arbitrais. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.25, n.292, p. 574-580, junho 2018. ISSN 1980-234X.

GIUBLIN, Isabella Bittencourt Mäder Gonçalves. A Lei das Estatais e a resolução consensual dos conflitos. **Revista de Contratos Públicos – RCP**, Belo Horizonte: Fórum, v. 7, n. 13, p. 137-157, mar./ago. 2018.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A arbitragem nos contratos da administração pública. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.21, p. 51-77, set./dez. 2018. ISSN 22382763.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. **Arbitragem nas parcerias público-privadas: um estudo de caso**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 306 p. ISBN 9788545006466.

MOREIRA, Egon Bockmann. Contratação de árbitros e mediadores: inexigibilidade. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v. 26, n. 301, p. 235-241, março 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. Editais de licitação e definição de câmaras arbitrais: como transpor os desafios. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v. 26, n. 306, p. 769-774, agosto 2019.

NOHARA, Irene Patrícia. Arbitragem em contratos de infraestrutura celebrados com a administração pública: desenvolvimento e energia. **Revista de direito administrativo e infraestrutura**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 23-44, abr./jun. 2019.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Arbitragem e contratos públicos: tendências e perspectivas. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.26, n.302, p. 348-355, abril 2019. ISSN 1980-234X.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Arbitragem nos contratos da administração pública. **Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution**, Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 101-123, jan./jun. 2019. ISSN 25963201

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.33, n.1, p. 25-38, janeiro 2017. ISSN 1981-5522.

PARADA, André Luis Nascimento. Análise crítica das decisões do Tribunal de Contas da União acerca da utilização da arbitragem em contratos administrativos: evolução interpretativa. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.30, n.8, p. 701-717, agosto 2017. ISSN 1981-5506.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães Arbitragem na Lei 13.448 e os contratos com a Administração Pública nos setores de rodovias, ferrovias e aeroportos. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 14, n. 55, p. 111-133, out./dez. 2017.

PIRONTI, Rodrigo; ZILIOOTTO, Mirela Miró. O controle de qualidade nas contratações públicas: uma análise do Instrumento de Mediação de Resultado. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.60, p. 199-211, jan./abr. 2018. ISSN 1678-7072.

RAVAGNANI, Giovanni dos Santos. A lei mineira de arbitragem como declaração de vontade do poder público em indicar o método de resolução de conflitos em um contrato. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.108, n.1001, p. 23-50, março 2019. ISSN 0034-9275.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Arbitragem nos contratos administrativos e o critério para identificação dos litígios que envolvem direitos patrimoniais disponíveis. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.23, n.272, p. 989-995, outubro 2016. ISSN 1980-234X.

TIMM, Luciano Benetti; RICHTER, Marcelo de Souza; SILVA, Thiago Tavares da. Os contratos administrativos e a arbitragem: aspectos jurídicos e econômicos. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 255-276, jul./set. 2016.

DIREITO CONSTITUCIONAL

BUZZI, Marco, Mediação no âmbito da administração pública: aplicação prática dos princípios constitucionais como força motriz na gestão estatal. In: **Doutrina**: edição comemorativa 30 anos do STJ. Brasília: STJ, 2019, p. 833-875.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. A influência das decisões do STF sobre a arbitragem: súmula vinculante e controle concentrado de constitucionalidade. In: ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública**. Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 185-198. ISBN 9788544201381.

DIREITO ECONÔMICO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO TRIBUTÁRIO

ESCOBAR, Marcelo Ricardo. **Arbitragem tributária no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2017. 311 p. ISBN 9788584932177.

MACHADO, Carlos Henrique; SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos; CATARINO, João Ricardo. A arbitrabilidade objetiva dos conflitos envolvendo o poder público e as perspectivas da arbitragem tributária no Brasil. **Revista do Direito [da UNISC]**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.54, p. 59-85, jan./abr. 2018. ISSN 0104-9496.

PISCITELLI, Tathiane; MASCITTO, Andréa; MENDONÇA, Priscila Faricelli de (Coord.). **Arbitragem tributária: desafios institucionais brasileiros e a experiência portuguesa**. 2. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN: 978-85-5321-907-0.

DIREITO CIVIL

SOUZA, Aline Darcy Flôr de; SILVA, Marcella Pâmela da Costa. Entrevista com Arnaldo Wald. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.971, p. 363-371, setembro 2016. ISSN 0034-9275.

DIREITO CONCORRENCIAL

ANDRADE, Flávio da Silva. Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.71, p. 109-121, jan./abr. 2017. ISSN 1414-008X.

DIREITO COMPARADO

BARROCAS, Manuel Pereira. Notas sobre arbitragem administrativa no direito português. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 56, p. 265-276, jan./mar. 2018.

GIANNETTI, Leonardo Varella. Arbitragem e Administração Pública no ordenamento jurídico português: uma análise de sua evolução. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.14, p. 121-139, mai./ago. 2016. ISSN 22382763.

FERREIRA, Kaline. Arbitragem e os litígios envolvendo entes públicos no Brasil e na França. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.20, n.108, p. 93-113, mar./abr. 2018. ISSN 1676-8701.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ACCIOLY, João Pedro. O cumprimento de sentenças arbitrais desfavoráveis à administração pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.107, n.989, p. 25-54, março 2018. ISSN 0034-9275.

ARAÚJO NETO, Pedro Irineu de Moura. A confidencialidade do procedimento arbitral e o princípio da publicidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v.53, n.212, p. 139-154, out./dez. 2016. ISSN 0034-835X.

CAMBI, Eduardo; SOUZA, Fernando machado de. A disponibilidade do interesse público no novo código de processo civil e o princípio da eficiência na administração. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre, v.44, n.142, p. 129-154, jan./jun. 2017. ISSN 1679-1363.

CAMBI, Eduardo; VASCONCELOS, João Paulo A. Desjudicialização de políticas públicas e o novo Código de Processo Civil: contributo do Ministério Público e da advocacia pública à solução extrajudicial de conflitos. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.64, p. 225-251, abr./jun. 2016. ISSN 1516-3210

CIBILS, Patrícia Maldaner. A excessiva judicialização dos temas relacionados às políticas públicas estatais à luz das balizas interpretativas introduzidas pela Lei n. 13.655/18: a consensualidade como forma de atingir o resultado útil do processo. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 87, p. 9-32, jan./jun.2020. Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/184/74>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CINTRA, Najla Lopes. Mediação privada: aspectos relevantes da Lei 13.140/2015. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre: Magister, v.12, n.72, p. 61-75, mai./jun. 2016. ISSN 1807-0930.

FERREIRA, Kaline. A confidencialidade prevista na Lei de Mediação e os processos de autocomposição envolvendo entes públicos. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.45, n.305, p. 451-460, julho 2020. ISSN 0100-1981.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Arranjos institucionais de redução de litigiosidade e instrumentos de gestão interorganizacional direcionados a resultados. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.21, n.115, p. 103-126, maio/jun. 2019. ISSN 1676-8701.

FLUMIGNAN, Silvano José Gomes. A arbitragem e a administração pública no novo Código de Processo Civil. **Revista da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo: CMSP, v.4, n.1, p. 81-102, 2016. ISSN 2316-7998.

- FRANCO, Paulo Fernando de Mello. Judicialização desnecessária ou desjudicialização necessária? Revisitando a jurisdição administrativa na perspectiva dos equivalentes jurisdicionais. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.18, n.1, p. 279-302, jan./mar. 2019. ISSN 2525328X.
- GOIS, Letícia Botelho. Segurança jurídica e eficiência no consenso: mediação e advocacia pública colaborativa. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília: AGU, v.10, n.3, p. 149-167, jul./set. 2018. ISSN 2236-4374.
- KHARLAKIAN, Jacqueline. Conciliação e mediação no âmbito da administração pública sob a luz do novo Código de Processo Civil: novel paradigma de resolução consensual de conflitos. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 202-214, março 2017. ISSN 21791651.
- LOURENÇO, Haroldo. Arbitragem envolvendo o Poder Público e o decreto do Estado do Rio de Janeiro: "um museu de grandes novidades". **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.44, n.294, p. 433-449, agosto 2019. ISSN 0100-1981.
- MARTINS, Pedro A. Batista. Arbitragem: prescrição e participação da administração pública. **Revista de arbitragem e mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 337-349, jul./set. 2016.
- MOREIRA, Egon Bockmann. A negociação processual e sua incidência nos processos administrativos. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC**, Curitiba: Zênite, v.23, n.272, p. 981-982, outubro 2016. ISSN 1980-234X.
- NIEBUHR, Pedro de Menezes; OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de; QUINT, Gustavo Ramos da Silva. Relação entre a consensualidade administrativa e o modelo cooperativo do processo civil brasileiro: o contexto de criação das câmaras de mediação e conciliação na administração pública. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, SC: UNIVALI, v.13, n.3, p. 1541-1563, set./dez. 2018. ISSN 1980-7791.
- PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thais Boia. A nova ordem jurídica processual: regras que alcançam a advocacia pública e pontos de interação com o regime jurídico administrativo. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.13, n.147, p. 70-97, março 2018. ISSN 21791651.
- PICANÇO, Filipe Bezerra de Menezes. Novos paradigmas para a advocacia de Estado: da necessidade de observância da consensualidade e de respeito aos precedentes na advocacia contenciosa. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: PGE, v.70, p. 121-133, 2016. ISSN 0101-2096.
- RÊGO, Mariana Carolina Barbosa; TEIXEIRA, Janaina Angelina; SILVA FILHO, Antonio Isidro da. Os efeitos da coprodução nos resultados da conciliação judicial: a percepção da sociedade sobre um serviço inovador. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.53, n.1, p. 124-149, jan./fev. 2019. ISSN 19823134.
- SANTOS, Aline Sueli de Salles; CENTENO, Murilo Francisco. O novo Código de Processo Civil e a lei de mediação: o incentivo à consensualidade na resolução de conflitos envolvendo a administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.1, p. 246-261, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.
- SCHNEIDER, Patricia Dornelles. Meios alternativos de resolução de conflitos: a conciliação dos processos judiciais pelo Poder Público. A experiência de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.70, p. 161-165, out./dez. 2018. ISSN 1808-5628.
- SERRA, Ana Paula Ferreira. Novas possibilidades de conciliação na administração pública: lei da arbitragem, lei da mediação e CPC/2015. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília: AGU, v.10, n.2, p. 19-32, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.

DIREITO PENAL

SANTOS, Christiano Jorge; MARQUES, Silvio Antonio. “Pacote anticrime” (Lei 13.964/2019) e acordo de não persecução cível na fase pré-processual: entre o dogmatismo e o pragmatismo. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.45, n.303, p. 291-314, maio 2020. ISSN 0100-1981.

DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LIMA, Alexandre Augusto Batista de; SILVA NETO, Geremias Pereira da. A arbitragem no Estado Democrático de Direito e sua relevância para solução de conflitos decorrentes de relação de trabalho no âmbito da administração pública. In:

DUARTE JÚNIOR, Alonso Pereira; LIMA, Alexandre Augusto Batista de; MACHADO, Joana de Moraes Souza (Org.). **Diálogos interdisciplinares no direito**. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 275-301. (Ciências Jurídicas & Sociais, 61) ISBN 978855696472.

SERRA, Ana Paula Ferreira. Possibilidades de conciliação no âmbito previdenciário. A economia aos cofres públicos. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, Porto Alegre: Síntese, v.29, n.353, p. 225-235, novembro 2018. ISSN 1519-1834.

DIREITO AMBIENTAL

SANTOS, Alberto Vinícius de Melo. Solução de conflitos ambientais por câmaras privadas de mediação: um enfoque constitucional. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.112, p. 9-25, jul./ago. 2020. ISSN 1676-6962.